

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação

ELIJANE MÁRCIA MIGUEL

**EMPODERAMENTO E INCLUSÃO:
O ALUNO NEGRO E O SEU DESEMPENHO ESCOLAR**

Belo Horizonte
2016

ELIJANE MÁRCIA MIGUEL

EMPODERAMENTO E INCLUSÃO: O ALUNO NEGRO E O SEU DESEMPENHO ESCOLAR

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: GDE-Especialização NUH/UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Andréa Mayorga Borges

Belo Horizonte

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós- Graduação

ELIJANE MÁRCIA MIGUEL

**EMPODERAMENTO E INCLUSÃO:
O ALUNO NEGRO E O SEU DESEMPENHO ESCOLAR**

Área: Educação

Linha: Política, Avaliação e Processos de
Identificação

Tema: Relações Étnico-Raciais e Gênero

Belo Horizonte

2016

A toda comunidade negra escolar, pela resistência e força nas ambiguidades do ambiente educacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos a oportunidade de estudos, ao desenvolver um tema que me faz crescer como pessoa e a entender as diversidades deste mundo histórico e suas contradições.

A todos que me incentivaram a realizar e a concluir o curso em meio a tanta força contrária e em um momento delicado da minha vida pessoal, especialmente às tutoras orientadoras Thalita Rodrigues e Cláudia Andréa Mayorga Borges, pela paciência e pelos estímulos.

No sertão da minha terra, fazenda é o camarada que ao chão se deu
Fez a obrigação com força, parece até que tudo aquilo ali é seu
Só poder sentar no morro e ver tudo verdinho, lindo a crescer
Orgulhoso camarada, de viola em vez de enxada
Filho do branco e do preto, correndo pela estrada atrás de passarinho
Pela plantação adentro, crescendo os dois meninos, sempre pequeninos
Peixe bom dá no riacho de água tão limpinha, dá pro fundo ver
Orgulhoso camarada, conta histórias prá moçada
Filho do senhor vai embora, tempo de estudos na cidade grande
Parte, tem os olhos tristes, deixando o companheiro na estação distante
Não esqueça, amigo, eu vou voltar, some longe o trenzinho ao deus-dará
Quando volta já é outro, trouxe até sinhá mocinha prá apresentar
Linda como a luz da lua que em lugar nenhum rebrilha como lá
Já tem nome de doutor, e agora na fazenda é quem vai mandar
E seu velho camarada, já não brinca, mas trabalha.

(Milton Nascimento. Morro Velho, 1967).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVALIA-BH – Sistema de Avaliação Educacional do Ensino da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMGTC – Escola Municipal Geraldo Teixeira da Costa

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PIP – Projeto de Intervenção Pedagógica

RME/BH – Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte

SAEB – Sistema Nacional da Educação Básica

UMEI's – Unidades Municipais de Educação Infantil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	Uma história de lutas	13
2.2	Reflexões sobre a realidade escolar	
3	PROJETO DE INTERVENÇÃO	31
3.1	Dados de Identificação	31
3.2	Objetivo Geral	31
3.3	Objetivos Específicos	31
3.4	Metodologia	31
3.5	Estratégia de Ação	32
3.6	Cronograma	32
3.7	Implementação do Projeto de Intervenção	32
3.8	Reflexões sobre a Intervenção	34
3.9	Avaliação	36
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Cerca de 150 milhões de almas são herdeiras diretas da cultura africana, negros e mestiços, pelo menos 30% da população da América Latina, em especial, localizados no Brasil, na Colômbia e na Venezuela. Contudo, séculos de exclusão e dominação mantêm essas populações sob os piores índices econômicos e sociais, sem contar a indignidade, a ausência de reconhecimento cultural, as injustiças cognitivas e a falta de respeito advinda da inexistente cidadania. (TAVARES, 2009, p. 83-84)

Através deste trabalho, propus-me a elaborar e executar um projeto de Intervenção para conhecer a opinião dos alunos sobre as conclusões de pesquisas recentes sobre os rendimentos dos alunos negros na escola.

Com o objetivo geral de construir, com os alunos da Escola Municipal Geraldo Teixeira da Costa (EMGTC) um conjunto de ações pedagógicas de caráter permanente para ajudar os alunos negros há aumentar o sucesso escolar e corrigir a distorção dos rendimentos no 5º e 9º no da educação Básica, além de servir de apoio nas diferentes questões escolares.

Uma das justificativas para esse trabalho foi o incentivo ao empoderamento do aluno negro para conscientizá-lo de sua condição histórica de discriminação e buscar superar suas dificuldades, visando à inserção na sociedade com mais dignidade, com a entrada qualificada no mercado de trabalho e boa qualidade de vida adquirida através do conhecimento. E, conseqüentemente, provocar o interior da escola no seu discurso de equidade e inclusão (ALBERNAZ; FERREIRA, FRANCO, 2002). De início, deparei-me com as seguintes questões: A escola é a mesma para todos? Porque ela gera resultados tão desiguais?

Ao analisar e concluir que os alunos pardos e pretos acabam por se encontrarem nos níveis mais baixos de rendimento acadêmico, é possível prever uma inserção tímida no mercado de trabalho, sem muito destaque social e sem que tenham maiores ganhos financeiros e, assim, retroalimentem uma cadeia negativa de poucas condições e menores resultados. (SARAIVA, 2014.)

Particpei de uma reunião durante um sábado letivo na EMGTC, onde trabalho há cinco anos, quando a acompanhante pedagógica abordou as primeiras análises da escola sobre a avaliação externa Avalia – BH, referente à classificação e desempenho dos alunos por ciclos em áreas avaliadas, na época, português e matemática. A escola havia ficado com notas medianas e recebeu como meta a elevação do rendimento geral.

Em apresentação dos rendimentos por sala, percebi a profundidade da análise dos dados e de como as avaliações poderiam contribuir para a melhoria da qualidade de aprendizagem dos alunos, se fosse levada a sério e não apenas relegada a intenções políticas coletar dados estatísticos para propagandas eleitorais apenas.

Nessa análise, a acompanhante abordou o estudo sobre a desigualdade de raça e gênero a luz dos resultados educacionais dos alunos. E afirmou que pesquisas comprovam a discrepância e a desigualdade de rendimento escolar entre negros e brancos e também entre meninos e meninas.

Fato que me chamou a atenção demasiadamente foi que, segundo a

acompanhante, as meninas negras respondiam melhor à cultura escolar do que os meninos negros. Em relação à dedicação, ao trato com os objetos, à disciplina na escola e até a higiene pessoal. Correspondiam mais à expectativa da/do professora/professor e, conseqüentemente, obtendo conceitos melhores.

Já era um interesse pessoal o estudo da temática étnico-racial na escola, pois me sinto uma sobrevivente ao sistema educacional, onde vivi graças a minha inteligência, incentivo familiar, gosto pelos estudos e persistência. Mas sempre senti que, para mim, estudante negra, tudo era mais difícil, árduo e complicado e não conseguia entender por quê. E nem o motivo de tantos colegas ficarem para trás, no meio do caminho na trajetória escolar com reprovações, abandonos e desistências.

E como educadora, com a realidade a minha frente, a sala negra, alunos fracos, respostas insatisfatórias, as intervenções escolares, famílias distantes, recuperações, um silêncio amargo no ar e minha impotência diante de tudo, pois tentava de todas as formas que haviam me ensinado e estudado para que eles vencessem as dificuldades de aprendizagem e com pouco sucesso.

Sentia que havia algo mais, pensava se não era o eixo filosófico que a escola pública perdeu, quando incluiu todos, no seu espaço. Qual a função da escola?

Pedagogicamente buscamos o universo dos alunos para dar um “significado” às atividades. Mas mascaramos questões essenciais na medida em que naturalizamos os preconceitos e contribuimos para a perpetuação da desigualdade social e a permanência dos privilégios econômicos e intelectuais.

Depois dessas reflexões, continuei a ficar atenta ao tema racismo na escola, observava mais alunos e professores negros, as inquietudes, as posturas e o interesse diante das intervenções étnico-raciais. Comecei a me envolver em projetos e a procurar parceria de trabalhos para a implantação da Lei nº 10.639 e, atualmente, através dessa oportunidade de estudo, dispus-me a criar um projeto de intervenção voltado para os alunos negros, pois percebia que a dificuldade de aprendizagem, a indisciplina, as notas baixas e até o abandono revelam uma reação de sujeitos que viram as costas para a cultura branca curricular em busca de afirmar a si mesmo culturalmente. É uma forma de resistência do negro a um sistema educacional corrompido pelo racismo.

Relações Raciais/ Implementação da Lei nº 10.639 dentro da Escola Municipal Geraldo Teixeira da Costa.

Há cinco anos trabalho na EMGTC, situada à Rua Márcio Lima da Paixão, número

08,bairro Rio Branco . É uma escola muito grande e espaçosa com uma arquitetura funcional,porém mal conservada e com os espaços pouco utilizados, pois poderia oferecer espaços mais alternativos para os alunos, mas não conseguem deslumbrar potencialidades. Nos primeiros anos de funcionamento, a escola teve um ótimo status e formou várias gerações de alunos com sucesso e reconhecimento, era elitista, celetista e comprometida com um ideal de educação bem formal, mas ao longo do tempo, alguns professores se aposentaram , outros foram ocupar espaços diferentes, pois muitos passaram a ser mestres e o perfil profissional do grupo foi mudando com os novatos, novas concepções de educação, ânimos diferentes, enfraquece-se a postura política crítica e combativa da escola e, junto às transformações sociais, os alunos entravam encaminhados sem a seleção dos melhores cognitivamente ,os alunos mais fracos não podiam ser expulsos pelas reprovações, a escola aos poucos foi perdendo o Ensino Médio, com a nova legislação, as prefeituras tem como responsabilidade do Ensino Fundamental, novos desafios foram propostos para a escola, que se deixou cair num saudosismo infértil. Consequentemente a comunidade também mudou, apresenta-se menos consciente do papel da educação na vida dos filhos, pouco atuante e participativa.

A EMGTC, também popularmente conhecida como Geteco, encontra-se em um espaço que não me permite entrar de corpo e alma em sua dinâmica, entretanto participo e a percebo a sua totalidade com um olhar mais distanciado. Não atuo diretamente com os alunos da escola, mas acompanho o planejamento, observo e participo das avaliações e reflexões na escola e sobre. Ocupo o cargo de professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e trabalho com alunos com deficiência de toda regional Venda Nova. Esse trabalho me coloca frente ao preconceito e à discriminação diariamente, através de gestos, falas, postura e escolhas dos profissionais que trabalham com os alunos nas escolas Municipais. Também tenho como objetivo principal a desconstrução do preconceito, que coloca as pessoas com deficiência, inferior aos demais seres humanos.

A escola sempre teve boa receptividade para as minhas propostas de intervenções em relação à temática, apoiava-me e era solidária aos meus projetos. Percebia que tinha uma pressão externa na escola para o trabalho com a temática étnico-racial, porém, todas as vezes que fazia uma intervenção, encontrava parceria e cruzava com outros projetos sendo realizados por professores da área de História Geografia e Português no turno da manhã e da tarde.

Observei que a biblioteca da escola organiza o kit de literatura afro distribuído pela PBH de maneira difusa, eles ficam misturados no acervo da escola e perdem a

visibilidade, com isso, dificulta acompanhar as novas aquisições e despertar o interesse pela leitura referente a esse tema.

Sugeri que, de tempos em tempos, a biblioteca fizesse uma exposição desses livros, com o objetivo de divulgação do kit. Assim como a realização de exposições de histórias com a temática para os alunos. Isso fez surgir vários projetos organizados pelas bibliotecárias com parceria dos professores do noturno.

Tradicionalmente, a escola dá pouca ênfase à formação de professores, mesmo tendo recursos financeiros. Participei de poucas formações organizadas pela escola no ano de 2015, no final do primeiro semestre, tivemos uma palestra sobre a importância da implementação da Lei nº 10.639 para todos os turnos, com a finalidade de sensibilizar os professores e incentivar a abordagem da temática. A direção escolar preencheu um formulário, solicitado pela Gerência Regional de Educação, traçando um perfil sobre como vem sendo o desenvolvimento desse trabalho para a gestão escolar, que mantém uma pessoa de referência para incentivar e avaliar a abordagem do tema na Regional Venda Nova.

Foi organizado um grupo de estudo que se encontra uma vez no mês na EMGTC por ser central e acessível, mas acostuma ter reuniões que nenhum representante da escola participa. A divulgação nem sempre é eficaz.

Há um incentivo da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) no programa Escola Integrada para o desenvolvimento deste tema, neste ano foi “África na Cabeça”, eles realizaram com os alunos visitas aos museus, dança teatro, confecção de cartazes e um encontro de culminância do projeto regionalizado.

Da Escola Integrada, participa somente os alunos cuja família autoriza no contra turno, são jovens carentes, a maioria negra, com problemas sociais e de aprendizagem e com baixo acesso às manifestações culturais, de lazer e de esporte.

No ano de 2015, participei, pela escola, de uma formação no programa Escola Aberta sobre o negro e o funk. A abordagem foi muito interessante, pois fazia uma análise da produção cultural, questionamento de valores, afirmação da identidade negra e também da sexualidade das meninas presentes nas letras do funk, o que se mostrou como uma resistência a sua dignidade de mulher.

Nesse clima, o Projeto de Intervenção elaborado por mim obteve uma ótima aceitação por parte da direção e dos professores. A dificuldade de realização se concentrou no período final do ano letivo, após 25 dias de greve, provas, fechamento de semestre, reposição, encaminhamento de alunos para o ensino médio e reorganização da escola para o ano letivo 2016.

De acordo com o relatório disponibilizado pela acompanhante pedagógica da EMGTC, em relatórios preenchidos no início de 2015 e divulgados aos funcionários da escola, os redutores de sucesso que dificultam o trabalho sobre as relações étnico-raciais são:

A- Os conteúdos inseridos nos currículos e programas;

- Os conteúdos da temática racial não são tratados de forma interdisciplinar, durante todo o ano letivo.
- Professores ainda não incorporaram ao seu fazer pedagógico diário e ainda não registram em seus planos de ensino temas e atividades.
- A escola não trabalha, como conteúdo disciplinar, as contribuições de negros e indígenas. Poucos professores o fazem.

B- Material didático, atividades e rituais pedagógicos apropriados;

- Os educadores não têm utilizado o kit de literatura Afro-brasileira, somente três professores.

C- Ensino história da África e dos afro-brasileiros;

- Os textos das Leis não são de conhecimento de todos os educadores.
- Não são todas as áreas que tratam da educação das relações étnicas raciais e da história da África.

D – Diálogos com a família e comunidade;

- Não é toda comunidade e famílias que participam da implantação das leis.
- Não existe um protocolo de como tratar as questões de racismo.
- A escola ainda não estabelece canais de comunicação como o desejável.

E - Relações escolares;

- Não é toda a comunidade escolar que se compromete em criar um clima de valorização da diversidade e respeito às diferenças.
-

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Uma história de lutas

Segundo o historiador André Marcos de Paula e Silva (2008, p.53-60), foram trazidos para o Brasil 3500.000 negros escravizados entre 1502 e 1870. Entre esses, os principais grupos que chegaram no Brasil foram Bantos e Sudaneses. Os bantos vieram

de Angola, do Congo e de Moçambique. Os sudaneses, da Costa do Marfim, Golfo da Guiné (África Ocidental). Desembarcaram em Recife, Salvador, São Luís e Rio de Janeiro. Entre outros fatores, a convivência entre grupos desconhecidos e inimigos dificultou uma articulação entre eles para organizar movimentos mais organizados e coesos em resistência à condição de escravizados.

Os africanos após serem capturados/trocados, eram acorrentados, marcados com ferro em brasa para identificação e vendidos aos tumbeiros, navios que transportavam escravos. Faziam uma viagem entre quarenta dias a vinte meses nos porões dos navios negreiros, com pouca água e alimentação, num ambiente insalubre, o que levava à morte os mais debilitados. No Brasil, eram vendidos em feiras de escravos, portos e em leilões. Trabalhavam nos engenhos de açúcar, nas plantações de algodão, serviços domésticos, nas minas. Trabalhavam em média 15 horas por dia, sob a supervisão de feitores. Sofriam castigos públicos para intimidarem os outros a não descumprirem ordens.

O excesso de trabalho, a má alimentação e a higiene precária faziam com que a expectativa de vida dos escravos fosse de cinco a dez anos. A escravidão perdurou, no Brasil, 300 anos, que foi o último país do mundo a aboli-la, em 1888, sobre pressão internacional e econômica, pois a escravidão já não era viável ao sistema capitalista que precisava ampliar o número de consumidores.

Durante muito tempo, acreditou-se que o africano sofria passivamente todos os maus tratos da escravidão. Era indolente e conformado. Essa crença interfere no imaginário construído socialmente sobre os antepassados e afrodescendentes. Retratada nos livros didáticos para gerações e gerações de crianças negras. Tais fatos contribuíram para uma identificação errônea e baixa autoestima, pois a escola é um espaço de construção de identidades pessoal, ela elege o bom, o mal, o belo, o feio e também elege heróis e os derrotados.

No Brasil, o desconhecimento por parte da sociedade, inclusive por intelectuais, sobre os processos de luta e organização dos africanos durante o regime escravista, a falta de divulgação de pesquisas e livros que recortem a história de um negro brasileiro ativo e não apenas vítima de um passado escravista, e associado à crença no mito da democracia racial, acaba marginalizando o negro dentro da história do país e contribuindo para reforçar preconceitos arraigados ao longo do tempo. (SILVA, 2008)

A resistência negra no processo da escravização se deu através da insubmissão às regras do trabalho nas plantações, nos movimentos espontâneos de ocupação de terra, revoltas, fugas, abandono das fazendas, assassinatos de senhores e de suas famílias, abortos, organizações religiosas, criação dos quilombos, eram estes verdadeiras cidades,

paralelas às cidades oficiais.

A população negra não é naturalmente escrava e nem nasceu para servir, criado por Deus para esta função social e sem alma, como pregava a ideologia religiosa católica, que contribuiu para a escravização da população negra e submissão dos indígenas, apoiando interesses econômicos e defendendo os seus.

Na história brasileira estiveram presentes vários movimentos de resistência negra, como a Revolta dos Malês, na Bahia em 1835; a Revolta dos Alfaiates; a Conjuração Baiana, em 1798; a Guerra da Balaiada, no Maranhão, em 1838 e 1841. Foram movimentos sociais de caráter popular que partilharam a mesma pauta, o reconhecimento do direito de participar da vida política e econômica do país.

Após a abolição, o movimento histórico da luta pela libertação dos escravos no Brasil ainda permanece com outros nomes como a Revolta da Chibata no início do século XX, a Frente Negra Brasileira em São Paulo e o Teatro Negro (TEN).

Experimental Negro com o caráter pedagógico. A Imprensa Negra, em meados dos anos de 1920, em São Paulo, e o Movimento das Mulheres Negras que discute a relação raça e gênero na sociedade, trazendo novas abordagens para o tema.

Em seguida, o governo brasileiro abriu as portas do país para a imigração. Vieram europeus para trabalhar nas lavouras brasileiras, fugindo da crise econômica na Europa. O país apostava no embranquecimento da população, através da miscigenação.

Os direitos de acesso para a inserção na sociedade de forma mais igualitária foram negados e o mito da democracia racial, instaurado de que somos todos iguais.

O mito da democracia racial no Brasil é uma ideologia dominante que impede que muitos negros se identifiquem com sua negritude e lutem por seus direitos através de uma ação política eficaz e consciente. O racismo é camuflado, escondido numa falsa democracia que serve de inacessibilidade para os excluídos permanecerem nas bases da pirâmide social.

A educação brasileira nasce com um caráter elitista e individualista, associada numa visão colonial de dependência externa. Inicialmente os filhos dos fazendeiros ricos estudavam na Europa, apenas os rapazes. A igreja católica ensinava informalmente, mas acreditava que os negros não eram capazes de aprender. Depois passou a ter colégios Jesuítas e seminários, mas que eram marcados pelo poder e para pouca gente. Com a chegada da Família real no Brasil, surgiram as primeiras escolas e universidades brasileiras, onde a elite branca e masculina estudava. Com a total ausência do povo que era massivamente analfabeto. A ideia de uma Educação Pública demoraria a chegar ao nível político como direito, iria depender de muitas lutas dos movimentos sociais. A

conscientização da negritude brasileira está se materializando, cada vez mais, na medida em que a população negra conquista maior poder aquisitivo, representando um nicho de consumidores importantes do sistema capitalista, ao mesmo tempo, que disputam os espaços na sociedade, refletem sobre a situação atual dos negros brasileiros herdeiros de um passado escravista sem reparo institucional.

A partir da década de 1970, a luta contra o racismo foi reavivada, juntamente com a luta de classe social. A batalha contra a desigualdade social e racial entra em debate público, o Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (IPEA) realizou uma pesquisa nacional com estudos e estatísticas oficiais sobre as desigualdades raciais no Brasil (IPEA, 2005).

Em 1978, surgiu o Movimento Negro Unificado em protesto à discriminação de quatro jovens negros atletas no Clube de Regatas em São Paulo e a morte, sob tortura, de um trabalhador negro, Robson Silveira da Luz, conforme Kabemgele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006).

Segundo o historiador André Marcos de Paula e Silva (2008), os anos de 1980, são marcados pela volta da democracia e pela organização da sociedade atual, no mundo. Surgiram vários aspectos no panorama internacional, político e econômico que afetaram o Brasil, como a globalização, o colapso do socialismo soviético. O país se modernizou com o desenvolvimento dos grandes centros urbanos, o crescimento industrial, as novas tecnologias, as construções modernas, e a consolidação da democracia. Com a *Constituição Federativa do Brasil de 1988*, tivemos um avanço na legislação, no reconhecimento dos direitos sociais, a Assistência Social foi reconhecida como direito e não como caridade dos benevolentes.

A ocupação da presidência da república por partidos de tendência centro-esquerda como: Fernando Collor de Mello um político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, foi o presidente mais jovem da história do Brasil (1990 a 1992), ao assumir o cargo, na época com 40 anos de idade, e também o primeiro presidente eleito por voto direto do povo, após o Regime Militar(1964/1985) e Fernando Henrique Cardoso (18 de junho de 1931), conhecido popularmente como FHC, um sociólogo, cientista político e político brasileiro, foi presidente do Brasil por duas vezes (1995 a 2002).

Nesses mandatos, a Constituição não foi cumprida, a área social ficou negligenciada, e houve poucos investimentos na área educacional, sofrendo retrocessos, e deixando as questões sociais inalteradas. Em relação à educação, a Constituição de 1988 nos traz:

Art. 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Art. 3: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação.

Em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que institui a obrigatoriedade da inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos nos estabelecimentos públicos e particulares de ensino da educação básica. Essa lei também acrescenta que o dia 20 de novembro deverá ser incluído no calendário escolar como Dia Nacional da Consciência Negra. Nos dias atuais, considerado feriado em alguns municípios brasileiros como: Cuiabá, Porto Alegre, Pelotas, São Paulo, União dos Palmares (Alagoas), Hortolândia, Limeira, Campinas, Salvador, Contagem (Minas Gerais).

Também foi criada uma Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, no dia 21 de março de 2003, para coordenar políticas públicas para proteger o direito de indivíduos e de grupos raciais e étnicos. As leis contemplam o cidadão indígena, logo devem ser abordadas suas questões e dificuldades, no lugar em que estão as minorias subjugadas, devem também estar os mecanismos de visibilidade para a conquista de uma sociedade mais justa.

O combate às desigualdades raciais faz parte da família de temas que perfazem o conjunto do que poderíamos entender como uma agenda de consolidação a aprofundamento da democracia em nosso país. Assim, dialeticamente, o aprofundamento da democracia no Brasil passa pela promoção das condições de vida da população afrodescendente, do mesmo modo que ocorra a realização de uma série de medidas que traga o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda, da terra e do acesso à mídia, o controle do cidadão do aparato judiciário e repressivo, e a soberania do país em relação aos organismos financeiros multilaterais. Por esse motivo, as ações afirmativas voltadas para a promoção da qualidade de vida dos afrodescendentes entram pela porta da frente na História do Brasil, correspondendo a um muito justo reclamo das antigas e das futuras gerações desta nação (PAIXÃO, 2009, p.77). Para Munanga e Gomes (2006, p. 186):

As ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas

pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade.

Hoje a Ciência Biológica questiona o conceito de raça, na espécie humana, com a descoberta do DNA, novas ideias e vertentes têm modificado o pensamento científico. Biologicamente, somos iguais, poucos genes distinguem o fenótipo humano.

A palavra raça vem de *ras*, um termo árabe que significa origem, descendência, seu sentido é amplo, historicamente vem tendo diversos significados de acordo com interesses e pretensões econômicas e políticas, pois sustenta ideologias de dominação e poder com simples objetivos de excluir e segregar grupos humanos, para fortalecer privilégios. O que, na prática, originou o racismo, segundo Rufino, como uma espécie de modalidade de dominação, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre o outro, inspirada nas diferenças fenotípicas.

Na Antropologia raça foi um conceito usado para classificação de grupos humanos de culturas diferentes. As referências mais comuns eram cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial e ancestralidade.

Porém o termo foi apropriado pelas Ciências Políticas, onde recebeu novos valores e significados, raça humana passou a ser uma classificação social, onde a cor da pele e origem social e econômica são priorizadas, para servir interesses econômicos, políticos e sociais. Anca, no século XIX, foi a consolidação das doutrinas racistas, as nações colonialistas, Inglaterra, França e Alemanha e a igreja católica, que se firmaram para estabelecer o tráfico de escravo e sustentar as explorações de mão de obra e o acúmulo de capital. O negro, segundo Munanga, tornou-se sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica, o que moralmente foi usado para justificar a escravidão.

O Brasil se formou nessa mentalidade devido ao sistema escravista, que durou trezentos anos na história do nosso país e deixou uma herança histórica muito forte na mentalidade do brasileiro. Este carrega consigo, arraigado em sua cultura, que existem diferenças entre as pessoas devido a sua constituição biológica. E isso serve para naturalizar a desigualdade, a má distribuição de renda, a exploração de grupos econômicos e a injustiça social.

A Ciência que muito bem serviu à política econômica liberal do século XIX, com a sua visão conservadora, de que a raça tinha provas de existência e superioridades, hoje revê seus conceitos e descobre novidades genéticas. Mas ainda permanece a herança do racismo social na mentalidade das pessoas.

Segundo Pena (2007, p. 60), quando queremos distinguir um europeu de um

africano, por exemplo, podemos conseguir com êxito quando estamos analisando os dois indivíduos fenotipicamente. Apesar disso, quando analisamos apenas o nível genômico (como o exame de um DNA forense, por exemplo), a facilidade de identificação desaparece completamente.

Estudos realizados no Brasil que cruzam origem racial e fracasso escolar (reprovação e abandono) a partir de dados do Sistema Nacional da Educação Básica (SAEB), entre 2001 e 2011, por Paulo Louzano, constatam que alunos negros têm uma maior probabilidade de fracasso escolar do que os pardos e brancos e que meninos são mais propensos a repetir e abandonar a escola do que as meninas. E o processo de exclusão ocorre depois da entrada no sistema educacional.

Segundo Louzano, o fracasso escolar está associado à origem racial, sexo, família e região de moradia. Ser negro no Brasil aumenta a possibilidade de fracasso escolar. Eles fazem parte dos fatores externos à escola. Pois bem, dentro do sistema escolar também ocorre elementos que deixam o Brasil em um nível muito alto, na América Latina, de desigualdade entre série e idade. Também as meninas possuem um índice maior de conclusão dos estudos que os meninos, apesar do acesso ser igual (IBGE, 2009 apud LOUZANO, 2008).

O fracasso escolar é mais proeminente entre meninos negros que recebem mais punições disciplinares e são colocados em classes de recuperação (CARVALHO, 2003).

O racismo dentro e fora da escola é um dos responsáveis pelo fracasso das crianças negras, os professores possuem expectativas baixas para estes alunos. São tratados pejorativamente por apelidos de colegas e associados a personagens ruins nos livros didáticos (LOPES, 1995).

A democracia racial brasileira é uma vertente ideológica que concebe a sociedade brasileira igual e harmônica em relação à igualdade de direitos civil e social entre diferentes grupos étnico-raciais. Porém, mediante pesquisas e estatísticas oficiais, sobre a desigualdade racial no Brasil. Esta ideologia é desmascarada, tornando-se um mito, pois os números apontam a discrepante realidade entre negros, brancos e indígenas em todas as áreas; saúde, educação, mercado de trabalhos, condições de vida, etc..

Esta ideologia acaba por esconder a discriminação racial e perpetuar preconceitos e estereótipos raciais. Impedindo ações efetivas contra o racismo brasileiro. A escola, como produtora do social, também vive cercada pelo mito, escondendo nos ideais de educação para cidadania o preconceito instituído contra os negros.

E em uma suposta igualdade de direitos no âmbito escolar, não se percebe preconceituosa e racista em seu fazer pedagógico. E repassa para os alunos negros,

indígenas e pobres a solitária culpa do seu fracasso escolar, confirmado pela realidade de todas as pesquisas educacionais.

2.1 Breves reflexões sobre a realidade escolar

Em Belo Horizonte, Minas Gerais, a dissertação do estudioso Robertson Saraiva (2014), *Raça e cor nos resultados do Avalia BH: O desempenho dos estudantes e as políticas de equidade racial na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH)*, aponta as diferenças no rendimento entre alunos negros e brancos das escolas de BH, nos 3º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental através da análise da avaliação externa do município com um recorte no ano de 2013.

O Avalia BH é um teste interno aplicado para os alunos municipais com objetivo de mapear a qualidade da educação no município e oferecer subsídios para novas políticas públicas educacionais. Os alunos são classificados em nível básico, avançado, abaixo do básico nas provas de português e matemática e todo o resultado é analisado graficamente e devolvido a escola, com a análise para que sejam elaboradas intervenções pedagógicas que contribuam para elevar o rendimento dos alunos.

A equipe do Avalia BH teve o cuidado de cruzar os dados com o nível socioeconômico dos alunos e analisar a distribuição dos grupos étnicos nos níveis escolares e ainda sugerir um plano de ação educacional com o objetivo de modificar a realidade.

Este plano foi elaborado no nível de política pública educacional dentro do município para a divulgação da dissertação, conscientização e planejamento de atuação regionalizada para atingir o interior das escolas e sua prática pedagógica.

O plano contou com ações específicas: seminário de gestores, publicação de artigos em revistas, crescimento do recurso pessoal que é um centro de referência de estudos e formação voltado para o professor. Seminários étnico-raciais para professores da rede pública de ensino e a buscar de institucionalizar a equidade como um dos critérios de qualidade educacional.

Toda a sua proposta macro institucional tinha como objetivo atingir o coletivo das escolas e Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI's) de Belo Horizonte alcançando os estudantes municipais.

Nas escolas da prefeitura, os negros são, em número, duas vezes e meia maior que o número de brancos e economicamente mais pobres, pois os brancos ganham quase o dobro do rendimento dos negros e pardos.

O afastamento do poder econômico limita o empoderamento dessa população, diminuindo seu poder de enfrentamento de posições sociais mais abastadas e os realocando na base da pirâmide de produção, através de serviços com menor remuneração (SARAIVA, 2014, p. 76).

Em análise dos gráficos de distribuição da proficiência do 3º, 5º e 9º ano, fica comprovado que, nas últimas séries, os rendimentos dos alunos negros caem e dos alunos brancos aumentam.

Nota-se que, nos mais altos níveis de desempenho, satisfatório e avançado, brancos perfazem 58,2% enquanto pardos 51,4% e pretos 48,7%. Quando se considera os menores níveis de desempenho, brancos apresentam 32,2%, pardos 37,8 e pretos 40%.(OLIVEIRA, 2001)

Estaria a RME-BH permitindo que a história de invisibilidade de negros e pardos se repetisse, apesar de tantas políticas públicas para a promoção da igualdade racial?

A violência simbólica que faz parte do processo de invisibilidade do negro contribui a ponto de ter suas chances de ascensão social podadas de forma constante. A ausência do reconhecimento social de sua presença e contribuição na história do Brasil acaba por incrementar mais uma distância: como ator nos palcos de decisão da sociedade(SARAIVA, 2014, p. 62; 64).

O que os alunos, principalmente os negros, têm a dizer sobre isso? Quais as suas propostas para mudar essa realidade?

A escola é um espaço múltiplo e diverso. Os sujeitos que formam sua comunidade têm suas histórias pessoais, experiências, sentimentos e escolhas diferentes. O seu desafio atual é se apropriar dessa verdade, invisível para muitos educadores, e realizar um trabalho pedagógico, autêntico, crítico e reflexivo, que represente e signifique positivamente toda a sua diversidade, sem excluir nem discriminar ninguém. A escola deve se aproveitar dessa característica para enriquecer o seu currículo e formar pessoas mais democráticas, justas e conscientes.

O trabalho com a diversidade é muito complexo, pois a escola se depara com uma dicotomia que exige dela um posicionamento sócio político, pois ela retrata a realidade social e, por isso, reproduz e reafirma uma ideologia que privilegia determinada classe social, religião, grupos de pessoas e orientação sexual. Reforça preconceitos de forma explícita e implícita em toda a sua organização. O que contribui para agravar sua crise institucional e produzir resultados medíocres. O caminho possível é estudar, rever a prática pedagógica e materiais didáticos, discutir, refletir, inferir e propor coisas novas junto com os alunos, valorizando os sujeitos reais e construir uma escola inclusiva.

A escola é um espaço social muito importante para a formação das pessoas, pois, na sociedade ocidental, conquistou um lugar estruturante na vida das crianças e jovens, ocupa um período longo na vida dos sujeitos, é também obrigatória, considerada básica e fundamental para os indivíduos.

Como todas as instituições, a escola passou por várias transformações e várias concepções educacionais, até os dias atuais. Ela se apresenta, como um espaço vivo, dinâmico e político, mas sempre em crise, provocando novas mudanças como respostas aos desafios que estão colocados dentro e fora dos seus muros.

As instituições escolares foram espaços conquistados politicamente, pois, antes, eram destinadas aos bens nascidos e, no Brasil, devido ao processo de colonização, a escola é uma reprodução do modelo europeu como foi afirmado, já começou muito elitizada e bem definida. Ela tinha como objetivo delimitar e afirmar identidades. Segregando a população pobre do Brasil.

Segundo Tomás Tadeu Silva (2000), conceber que a divisão do mundo social entre “nós e “eles” significa classificar, ordenando e hierarquizando o mundo em grupos, sendo a mais importante forma de classificação aquela que se estrutura em torno de oposições binárias, nas quais um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro é valorado de maneira negativa.

A partir da década de 1960, a pressão dos movimentos sociais provocada pelo êxodo rural, condições precárias da população, o alto índice de natalidade, levou a uma expansão de construções físicas das unidades escolares nas periferias das cidades brasileiras e o aumento de vagas para o ensino público e creches para as mães trabalhadoras. Mais recursos econômicos para financiar a educação e condições materiais dentro das escolas eram constantes nas reivindicações, assim como valorização dos profissionais da educação.

Em busca de uma sociedade mais igualitária, os movimentos sociais pressionam o estado para que ele desenvolva políticas públicas que transformem efetivamente as relações sociais (MACHADO, 2008).

Em pleno século XXI, temos escolas destinadas para a classe alta, média e baixa, dentro de um sistema educacional, montado sob a ótica do favoritismo que permite definições de papéis sociais, profissões e ocupações na hierarquia econômica.

A luta por uma instituição educacional para todos e inclusiva é muito antiga, pois foi aos poucos que mulheres e pobres começaram a estudar e até hoje, a entrada e a permanência de determinados grupos considerados marginalizados, ainda é pela força de lei. Sob argumentos históricos dos direitos sociais conquistados pelo homem e uma dose

de “ousadia” e, apesar de todos os mecanismos de expulsão e das formas de burlar a efetiva inclusão, os marginalizados ainda persistem, impondo a sua identidade e fazendo valer os direitos humanos e constitucionais.

A escola é constituída para reforçar e reafirmar a sociedade, é organizada e baseada na exploração de certos grupos sociais e dominada por uma elite que goza de todos os privilégios e direitos sociais. Onde as leis e sua execução são feitas para proteção e garantia de permanência desses grupos sociais no poder. A educação está a serviço do Sistema Capitalista. Escolhe quem e como educará e para que, determinando papéis sociais e exercendo um controle da população.

Ao tomar o sistema de ensino da PBH como objeto de análise, observei a opção do município pela Escola Integrada e não pela Educação Integral, aparentemente a proposta é boa, mas não muda a estrutura da educação oferecida a todos. Atende parcialmente aos alunos negros, carentes, em faixa de risco social, com alimentação balanceada, oficinas e passeios culturais, ocorre em espaços comunitários alternativos e possui número muito reduzido de professor e pouca interação com a escola regular. Certo que protege os alunos das ruas, de situações de violência, logo ajuda as famílias mais carentes.

Mas nem de longe mexe com a estrutura educacional e nem apoia efetivamente um grupo vulnerável do espaço escolar, aumentando seus rendimentos na escola, pois suas necessidades estão para além do oferecido.

O Estado garante o monopólio de determinados setores a grupos econômicos dominantes, permitindo a acumulação de lucros, exploração de mão de obra, também afirma direitos trabalhistas e sociais que buscam proteger segmentos populacionais desprivilegiados e vulneráveis (MACHADO, 2008).

No discurso escolar, com um ouvido mais apurado, conseguimos perceber, através das ações e das diversas linguagens, qual o papel e posição é defendida pelas pessoas, de forma consciente ou inconscientemente, porém muito nítida, elas afirmam sua posição política e demonstram para quem direcionam o seu trabalho e quais ideologias elas defendem e escolheram seguir. A construção social da diferença e da desigualdade revela as relações de poder na escola e acentua o caráter político e histórico das relações sociais, favorecendo o entendimento do preconceito social, que inferioriza os grupos fora dos padrões dominantes. A sociedade induz os educadores à realidade da naturalização com base em um processo psicossocial construído historicamente que normaliza as visões de mundo, as atribuições de valores, que representam as ideologias e concepções de determinado grupo ou classe social.

A naturalização gera acomodação social, que dificulta a crítica e, segundo Machado (2008), impede-nos de compreender as desigualdades, as discriminações e as violências sofridas por determinados sujeitos. Exemplo é a discriminação escancarada dos alunos mais carentes, negros, deficientes, alunos com transtornos mentais, que professam as religiões de matrizes africanas, com dificuldades de aprendizagens, com orientações sexuais diferentes e comportamentos que destoam do ideal de aluno que mora no imaginário do professor público e do padrão social imposto: o homem branco, sem deficiência, inteligente, heterossexual e com acesso a bens materiais.

Normalmente os professores fingem que não ouviram “as piadinhas” e brincadeiras preconceituosas dirigidas a determinados alunos. Às vezes, eles demonstram não saber lidar com a situação e nem como ajudar os alunos a refletirem sobre suas posturas em relação aos colegas.

Os alunos sofrem preconceito na sala de aula, nos corredores e/ou durante o recreio da escola e tais acontecimentos não são tratados com devido rigor nem importância.

A desconfiança daquilo que é normal deixa o professor mais crítico e atento às artimanhas e às armadilhas do preconceito no seu fazer pedagógico cotidiano. Quais alunos que recebem mais apoio no espaço escolar? Quais são os mais frágeis e vulneráveis? E quais são os alunos marginalizados por sua condição de vida? Qual escola que temos e a que queremos? E se queremos mesmo? Onde e para quem fica a “qualidade do ensino, qual cidadão que realmente formamos”. O porquê dos índices tão altos de insucesso na escola, qual a razão do analfabetismo funcional? Como o professor contribui para esse quadro? Qual é o nosso papel e a sua postura política diante dos problemas da escola?

Na relação escola e famílias “é normal” há diálogo, comunicação, entre escola e pais? Reuniões marcadas em horários inviáveis para a maioria das mães e pais, vocabulário muito técnico, responsabilidades pedagógicas que as famílias com pouca escolarização não conseguem acessar, desvalorização do mundo cultural do aluno. Culpar a família pelo seu baixo consumo cultural e a pouca valorização da educação acadêmica, ajuda a resolver o aproveitamento dos alunos?

Hoje com os resultados das avaliações em âmbito municipal, estadual e federal, evidenciam os alunos com baixa aprendizagem. Afinal, “não é a escola que não consegue ensinar, mas o aluno que não aprende”. Será que a escola de alguma forma, seleciona quem aprende e quem não?

Tornar visível, trazer para a luz e reflexões as “nódoas” acumuladas no interior das

escolas é imprescindível, pois isso gera situações subjetivas e sutis que são absorvidas pelos nossos alunos, provocando marcas negativas na sua história pessoal as quais contribuirão para a formação de sua personalidade, construção da sua identidade, e também da sua postura diante da vida e do mundo. Além de influenciar a aprendizagem dos conteúdos trabalhados. O não dito e o não enfatizado também é currículo. O silêncio, o bullying, a discriminação, a violência psicológica, é uma aula muito bem aplicada.

O discurso da hegemonia, uma escola única, é muito perigoso, porque ele não realça a equivalência de direitos na esfera pública. Apenas fortalece algumas identidades, vista como positivas no imaginário social e subalterniza aquelas que não comportam dentro das características privilegiadas e legitimadas.

A escola tem a diversidade no seu seio, pois a natureza humana é diversa, e as subjetividades também, somos todos diferentes. E esse fato provoca riqueza de conhecimento que deve ser aproveitado no fazer escolar de maneira favorável à aprendizagem e ao amadurecimento de todos. As aulas, as metodologias, as avaliações, as atividades, os materiais, as linguagens não podem ser únicos na escola, é preciso explorar e favorecer as diversas formas de aprender para que todos os alunos tenham sucesso.

O professor que pensa, estuda sobre a sua prática e se preocupa com a educação e seu progresso, tem um papel importante de desvelar a escola para melhorar a sua atuação e não deixar o seu trabalho ser corrompido pela realidade conservadora e excludente. Ele é responsável pela reflexão e ações mais abertas, positivas e esclarecedoras, pois, na maioria das escolas, o Projeto Político Pedagógico tem como objetivo uma perfeita formação para a cidadania e o compromisso por uma sociedade mais justa e igualitária. Mas na prática, tal sociedade se trai e não percebe as suas próprias contradições no exercício democrático cotidiano.

O professor pode contribuir com a democracia social e buscar os direitos humanos no seu trabalho de incluir, valorizar pessoas, refletir contextos, denunciar, ouvir o outro, incentivar novos padrões de comportamentos, garantir direitos, remexer na hegemonia e buscar a pluralidade verdadeira.

A escola reproduz, na sua organização e no seu funcionamento, a ideologia social, auxilia na manutenção de ordem social, ajuda a garantir privilégio e contribuir ideologicamente para desigualdade e hierarquização de papéis de classe e raça.

Segundo Richard Miskolci (2014, p. 116), o padrão socialmente construído enquanto “normal” se fundamenta em uma tríade de características socialmente esperadas no que toca ao gênero, a sexualidade e a raça, os quais apontam como padrão

almejado e respeitando o homem masculino, branco e heterossexual. Esse padrão cultuado e incentivado guia a constituição e manutenção dos valores que compõem a formação social dos preconceitos e das discriminações direcionadas aos sujeitos que de algum modo “transgridem” a ordem da normalidade.

Os processos discriminatórios nas escolas são sutis e perpassam todo o fazer pedagógico que é competência da educação. O racismo é institucional, na medida em que existe no sistema educacional brasileiro escolas segregadoras que separam classe social garantindo acesso diferenciado para cada um. Possuímos escolas para a elite e para os pobres. O ensino é ministrado de acordo com uma perspectiva pré-determinada para cada classe e, conseqüentemente, grupo social, não permitindo ao aluno a escolha entre ensino público e privado, pois as barreiras de acesso são quase intransponíveis.

Segundo pesquisadores, os negros são prejudicados na escolarização brasileira, estudam pouco, numa média de 10 anos a menos que os brancos, e o homem é o mais prejudicado. (Fonte: PNAD 2009).

A expectativa de desenvolvimento dos educandos e como este ocorrerá é preconceituosa, pois é determinado anteriormente à sua chegada na escola. É algo colocado e esperado pelos profissionais da educação, podendo apontar também o racismo de marca que é a valorização de fenótipos do branco em detrimento do negro. A valorização da cultura branca e seus ideais são reforçados nos cartazes que a escola produz, nos livros didáticos, enfim, nas matérias pedagógicas, usando uma relação ensino aprendizagem.

Conforme Miskolci (2014, p.117), o trabalho de Silva (1999), *As Transformações da Representação Social do Negro no Livro Didático e Seus Determinantes*, permite compreender a inadequação do modelo educacional vigente, inadequação tanto aos sujeitos aos quais se destina quanto ao conhecimento que visa abordar. A autora, por meio da análise das representações em livros didáticos, demonstra como o fracasso escolar das crianças negras resulta de uma trajetória escolar relacionada ao processo de subordinação de uma das marcas que a constitui, raça. Conseqüentemente, expõe seus dobramentos a partir do processo de exclusão e negação dessas crianças no ambiente escolar.

Em outra instância, a escola pode auxiliar a manter a compreensão das identidades como fixas e padronizadas, ou seja, como estereótipos que viabilizam o preconceito e, a partir dele, de práticas de discriminação negativas e injustiças.

Assim como a raça, a escola também defende a manutenção do ideal da sexualidade imposto pelo social, à valorização do heterossexual e evidencialização do

machismo.

A escola, como a nação, nega o racismo e o preconceito e o reafirma simultaneamente. Existe um pacto de neutralidade na escola que produz um silêncio assustador sobre as questões relacionadas sobre a pluralidade do sujeito social. Essa postura favorece a interiorização pelo educando de um currículo oculto que reforça a inferiorização das pessoas.

As relações interpessoais na escola são carregadas fortemente pelo racismo. Nos corredores, recreio, sala de aula é comum ofensas racistas, brincadeiras de mau gosto e até agressões físicas dirigidas aos sujeitos mais vulneráveis.

Normalmente esses fatos são silenciados, invisíveis para os educadores e não são colocados no discurso para reflexão e nem em defesa dos alunos ofendidos. É uma violência psicológica para com os sujeitos. O que leva crianças pequenas a não quererem frequentar a escola, por exemplo, e dizerem: “Lá é diferente...” e “Tia, eu sou bonito nada...”.

Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar. O silêncio nos fala de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar. No que se refere à questão racial, há de se perguntar: Por que não se fala? (GOMES, 2012).

A escolha e o trato dos alunos pelo professor e por funcionários são diferenciados de acordo com o fenótipo, o poder aquisitivo do aluno, sua cognição, e sua orientação sexual. Na formação dos professores a abordagem de temas reflexivos e avançados são pouco oferecidas, escolhidas e estudadas. Perde-se aí a oportunidade de fazer um diálogo com a sua prática e conhecer a presença do preconceito na escola.

A escola nos fins do século XX passou a ser mais inclusiva, recebendo matrículas de alunos com deficiência e revendo a organização dos trabalhos pedagógicos com os sujeitos, que ela sempre expulsou do espaço escolar. Fazendo novas propostas de ser escola, com projetos alternativos: como Educação de Jovens e Adultos (EJA Juvenil), Segundo Tempo, Escola Integrada, Projetos de Intervenção Pedagógica (PIP), que são:

EJA Juvenil: Projeto Educacional implantado na Prefeitura de BH .para acolher jovens que tinham dificuldade de adaptação no ensino Fundamental e fora da faixa etária.

Segundo Tempo: Projeto Educacional implantado nas escolas da Prefeitura de BH, com o objetivo de oferecer práticas esportivas para os jovens, no contra turno

Escola Integrada: Projeto Educacional implantado nas escolas da Prefeitura de BH para aumentar o período de permanência na escolar dos alunos em situação de

vulnerabilidade social

PIP: Projeto Educacional implantado nas escolas da Prefeitura de BH para assistir pedagogicamente os alunos que não estão acompanhando os rendimentos esperados seu ciclo de formação.

Essas intervenções e estratégias diferentes trazem um diálogo curricular mais próximo da realidade social dos alunos. Além disso, também abarcam novas experiências sociais e culturais, mais contemporâneas, como exemplo, o estudo do Hip Hop.

Estudiosos apontam que quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias (GOMES, 2012).

Com os movimentos sociais, conquistas políticas e pressão de grupos militantes, a escola vem sendo provocada a refletir e a tornar visíveis os mecanismos de racismo e preconceito. As ações externas estão adentrando a escola e já temos alguns avanços significativos como, a exemplo, na RME-BH:

- A Lei nº 10639/03 altera a lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro Brasileira. Além disso, a lei determina a inclusão, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.
- A Lei nº 11645/08 altera novamente a LDB para incorporar o ensino obrigatório da História e Cultura dos Povos Indígenas.
- Impacto da implementação de Políticas de Ação Afirmativa de acesso e permanência em universidades brasileiras.
- Distribuição de livros e materiais didáticos relativos ao tema (kit de literatura afro).
- Enfoque na reflexão e formação de professores.

Essas medidas positivas de enfrentamento ao racismo trouxeram benefício ao espaço escolar, pois rompeu com o silêncio, desvelou racismo, despertou consciências, diminuiu a valorização da cultura eurocêntrica no currículo escolar e aguçou a observação de alguns professores, possibilitou a renovação do material didático, incentivou novos projetos pedagógicos sobre a valorização da raça negra. Porém ainda com um enfoque muito pobre e pequeno no cidadão indígena.

Incentivou nas escolas a realização de palestras, grupos de estudo, formação para professores, exposições afro-brasileiras, trabalhos com parceria da Casa África e Universidades. Busca de relatos com pessoas africanas que vivem na comunidade. Valorização dos costumes afrodescendentes, de personagens negras de destaque em diversas áreas de atuação (música, cinema, artes plásticas, dança, teatro, literatura) exploração da culinária afrodescendente e preocupação com uma abordagem histórica diferenciada por parte dos profissionais da educação que passaram a utilizar novas bibliografias com abordagem mais atualizada sobre o tema.

Teorias que analisam os currículos escolares relembram à escola a sua rigidez nas grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista, a necessidade do diálogo entre escola e realidade social e a valorização de grupos marginalizados e invisíveis socialmente.

A escola necessita de mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade. (GOMES, 2012). Conforme Gomes (2012, p.102): “Um paradigma que compreenda que não há hierarquias entre conhecimentos, saberes e culturas, mas, sim, uma história de dominação, exploração, e colonização que deu origem a um processo de hierarquização de conhecimentos, culturas e povos.”

Nas escolas da RME-BH, os professores passaram a utilizar na sala de aula a literatura afro-brasileira, foi distribuído, em várias bibliotecas, o kit afro e tratado de forma diferenciada. Algumas bibliotecas deram destaque aos livros e boa divulgação, outras misturaram com todo o acervo dando invisibilidade ao material e outras nem notaram sua presença deixando encaixotado.

Investimentos foram liberados para a implementação do tema nas escolas municipais, podendo o professor solicitar: formação, contratar profissionais envolvidos com a arte negra, contadores de histórias, artistas diversos, peças de teatro, dançarinos, etc.. As escolas municipais incluíram referências africanas e afro-brasileiras em seus ideais estéticos com timidez, presença das músicas e instrumentos musicais africanos, painéis de grafite, pintura em murais e apresentações feita pelos alunos e comunidade escolar. Realizações de seminários e debates com a comunidade, confecção de camisas sobre o tema, lembrancinhas para os alunos (lápis com bonequinha preta, marcador de textos, chaveiros, etc.). Ocorreu o uso de filmes curtas e vídeos, fotografia, gravuras no trabalho com uma valorização positiva do negro e uma crítica mais realista da mídia

brasileira.

No espaço escolar começa a execução de oficinas e oficinas ligados à arte negra, pintura de quadro, confecção de brinquedos, capoeira e história do samba. Os brinquedos comprados para a educação infantil já contemplam as diferenças raciais, pois é comum ver bonecos e bonecas negras, jogos de origem africana. Apesar de relatos de professores sobre a rejeição por parte das crianças que nem sempre os escolhem, pois os consideram feios, posso relatar que observei escolas produzindo e me sinto orgulhosa por ter contribuído para muitos projetos realizados com alunos de diferentes ciclos e por várias vezes ter fomentado essa discussão junto com os colegas. Mas contribuí pouco como professora para diminuir a homofobia e tenho uma grande dívida com os povos indígenas, pois suas questões devem ser enfocadas e refletidas por todos no currículo, assim como sobre a raça negra, uma vez que sofrem o mesmo processo de discriminação histórico cultural.

Reconhecendo que houve avanços, mas a escola está muito longe do ideal porque os trabalhos e atividades às vezes se concentram em datas específicas, são empenhos por grupos e subgrupos, ações individuais e não do coletivo escolar, as reflexões com os alunos às vezes são superficiais.

Ainda existe uma demanda de formação para os docentes que nem sempre demonstram interesse e desvalorizam a importância histórica cultural do tema e a considera como questões do grupo social negro. E acabam se empenhando pouco, pois é lógico que eles se identificam como brancos mesmo vivendo em um país de formação sociocultural múltipla em sua raiz.

São muito tímidas as desconstruções do racismo nas relações interpessoais do cotidiano escolar. Os profissionais da educação ainda não se posicionam politicamente e se silenciam diante de manifestações do racismo, no diálogo entre os alunos, nos conflitos, nas brincadeiras no recreio e, às vezes, em atitudes equivocadas e racistas e nem percebem considerando normal e natural esse tipo de comportamento.

Muitos ainda não aproximam para ensinar o aluno negro mais tímido, não elogiam ou elogiam pouco o seu desempenho, falam do aluno afrodescendente com piadinhas, reforçam estereótipos, muitos profissionais ainda não conseguem rever suas práticas pedagógicas e continuam com um caráter excludente.

A desconstrução do racismo é incipiente e com muitos desafios pela frente onde o sonho de uma escola inclusiva ainda está por realizar. Entretanto, como nos lembra Manoel de Barros (2002): “O esplendor da manhã não se abre com uma faca.”.

A seguir, o projeto de intervenção realizado na EMGTC proposto a partir

dessas reflexões.

3 PROJETO DE INTERVENÇÃO

3.1 Dados de Identificação

Professora: Elijane Márcia Miguel

Área: História

Escola: Escola Municipal Geraldo Teixeira da Costa

Público Alvo: Alunos do Ensino Fundamental e EJA do 6° ao 9° ano com idade entre 11 a 16 anos.

Tema: Relações étnico-raciais na escola

3.2 Objetivo Geral

Produzir um produto final com ações práticas para ajudar os alunos negros da comunidade da Escola Municipal Geraldo Teixeira da Costa a se fortalecerem e melhorarem seu rendimento escolar.

3.3 Objetivos Específicos

- Fortalecer o empoderamento dos alunos negros do Ensino Fundamental e EJA frente à discriminação institucional;
- Coletar ações dentro do ambiente escolar nas quais os alunos estejam dispostos a se envolverem coletivamente com o objetivo de modificar os índices apresentados na pesquisa;
- Suscitar o debate em torno das relações étnico-raciais na escola;
- Buscar a opinião dos alunos sobre os baixos rendimentos dos alunos negros na escola.

3.4 Metodologia

- Procedimento de Coleta

Aplicação de um questionário para os alunos com questões relacionadas ao tema

previamente preparadas de acordo com os objetivos propostos e a realização de debates através de vídeos e textos.

- Procedimento de Análise

Leitura de análise e comparação das respostas obtidas nos questionários, reflexões e debates.

3.5. Estratégia de Ação

Primeiramente realizamos uma sensibilização sobre o tema na escola através de um mural com dados da pesquisa realizada em Belo Horizonte pelo estudioso Robertson Saraiva. Logo após, exibimos o vídeo brasileiro *Vista Minha Pele*, de Joel Rufino (2003), após, fizemos um debate e, em seguida, um texto sobre a história do negro no Brasil em que trabalhamos os conceitos dos vocabulários: discriminação, preconceito, raça, racismo e estereótipos. E por último, aplicação do questionário. Essas atividades foram realizadas com as turmas da escola com a devida autorização da coordenação e dos professores.

3.6 Cronograma

Quadro 1. Cronograma

O que?	Quem?	Quando?	Como?	Por quê?
Mural	Autora	Novembro de 2015	Painéis	Para divulgação da pesquisa.
Mural	Autora	Novembro de 2015	Cartazes	Sensibilizar os alunos para as questões étnico-raciais.

Fonte: autoria própria.

3.7 Implementação do Projeto de Intervenção

O projeto foi bem acolhido por todos inicialmente, a equipe de coordenação, professores, direção e os alunos ficaram entusiasmados nas salas escolhidas, fizeram algumas intervenções na escola sobre relações étnico-raciais no segundo semestre.

A implantação do projeto, porém, não foi muito tranquila, devido ao momento em que a escola vivia, final de ano, fechamento de semestre, período de greve e depois

reposição de dias em greve, com extensão de calendário para janeiro. Os ânimos estavam tensos e as preocupações eram várias. Em pouco tempo, a coordenação e os professores reorganizavam calendários, corriam com os conteúdos, avaliações, conceitos e boletins.

Esse quadro prejudicou o calendário e os combinados feitos antes com as professoras, comprometendo muito o projeto. Houve momentos que achei que não seria possível sua execução, devido à burocracia no trabalho e todos começam uma corrida contra o tempo. Entretanto, a coordenação, com a minha insistência, organizou com certa dificuldade as turmas e alguns horários para o desenvolvimento do projeto, quando foi possível passar o filme, analisar os murais e fazer uma reflexão sobre a temática.

Os alunos se mostraram dispostos e interessados, participaram bastante e mantiveram a disciplina dentro do esperado. Os professores regentes também participaram. Alguns argumentaram e colocaram a sua opinião e outros ficaram calados, ouvindo auxiliando na organização do debate.

Os alunos gostaram do mural uns faziam perguntas mais elaboradas e outras perguntas mais elaboradas e outros menos como: “Quem desenhou os símbolos africanos? Ou o que você acha professora da pesquisa, ele está certo?” Mas todos somos inteligentes. Então, por quê?”

Em relação ao filme: os alunos acharam a abordagem interessante, uns falaram: “Eu queria que a minha escola fosse assim...” Mas percebi, na reflexão, certa ingenuidade por parte deles: “Será que ela vai ganhar?”

Foi necessário orientar os alunos no entendimento do filme em relação às inversões de papéis entre negros e brancos, das inferências, da ideologia, na organização da escola, etc..

Nos intervalos dos encontros, alguns alunos me procuraram e perguntavam quando iria ter novo encontro e se a gente continuaria conversando.

Foi bastante positivo, em meio à ansiedade e à angústia de realizar as ações, tão corridas, conseguir estabelecer novas parcerias para a continuação do trabalho em 2016.

A postura dos alunos nas discussões, as suas curiosidades e argumentações, seus desejos e interesses em continuar com o projeto nas falas: “Vamos ver mais filme”; “A senhora já viu o rap: O homem, é legal... ele fala dos negros... vamos continuar nossas aulas, professora...”

3.8 Reflexões sobre a Intervenção

Com o Projeto de Intervenção, pude constatar que os alunos sentem uma curiosidade sobre o tema, certa necessidade de ouvir e entender sobre as relações étnico-raciais na escola e, conseqüentemente, na vida, pois muitos colocam aspectos e situações vividas também na família e nos círculos de amigos, entendendo que estas relações vão influenciar toda a sua existência, pois a ideologia e a cultura são águas do oceano da vida.

Também é gritante a ingenuidade dos alunos em relação ao tema, pois eles não acreditam nas pesquisas, não têm consciência do seu alcance e da sua veracidade, para eles, os dados são equivocados e algo inacreditável, refletivos nas falas: “O que é isso, professora, não é bem assim!”; “É mesmo verdade!?” Eles são bem formados e crentes na democracia racial. Para eles, a democracia e os direitos são iguais para todos e a sociedade é naturalmente assim e não fruto histórico gestado pelas ações das mulheres e homens no mundo, sentem dificuldades de fazer uma leitura mais ampla da realidade, com análises e comparações aprofundadas.

Porém essa ingenuidade, demonstrada pelos alunos nos comentários sobre o filme e frente ao discurso de desconstrução do racismo, vem associada e paralela a comportamentos diversos que se mostram contraditórios à passividade em relação à democracia racial, os alunos gostam e se identificam com as letras de Rap e Funk, por suas críticas abertas ao racismo social, gostam e dançam as novas modalidades de dança popular, fazem e admiram grafite e as pichações nos muros, buscam novas linguagem e também reagem às posturas da escola com a indisciplina.

O que mostra a importância de trabalhos como esse para os alunos e a comunidade, uma vez que suas famílias também têm dificuldades de lidar com o tema. Presenciei uma mãe procurar a coordenação, pois queria saber a respeito do filme, que o seu filho lhe contou em casa, e questionou se o que foi apresentando não estaria reforçando o racismo contra as pessoas brancas. A coordenação e a professora regente conversou com a mãe, falou sobre o trabalho e o que o filme expunha. Uma vez que apenas procura dar visibilidade a uma realidade cotidiana e revela as sutilezas do racismo como ideológico.

O pensamento crítico sobre a realidade social é ensinada nas escolas, à medida que essas se comprometem com uma educação mais questionadora com reflexões, debates, seminários, e dialoga sobre os temas contemporâneos, ajudando os alunos a perceberem que eles são sujeitos históricos e que representam uma parte de um todo muito complexo, onde nem sempre são vítimas e culpados, também responsáveis pela

ordem social, econômica e política do seu país e do mundo.

As turmas que assistir ao filme *Vista minha pele* gostaram, elogiaram a ideia do filme e fizeram uma discussão muito interessante com a troca dos papéis social das raças, para muitos, revelou uma realidade que eles não tinham tomado consciência, a percebiam como natural, desde que mundo é mundo e chegaram a afirmar: “Ela não vai ganhar o concurso, é sempre assim...”, “Tudo vai contra ela...”

Os alunos negros não se sentem confortáveis com o trabalho da temática, alguns ficam inquietos, participam pouco, outros negam e há aqueles que se colocam favorável à discussão e falam de seus problemas pessoais, suas experiências, e poucos contam suas dores raciais: “Professora, quando não concordo comigo, me chamam de neguinho maluco...” Acreditar que a escola é racista, que reproduz as injustiças entre as pessoas e que é conivente com a violência das relações sociais absorvendo o discurso do Estado capitalista, choca com o ideal de escola que os alunos têm introjetado na sua cabeça, onde um local responsável pela educação tem compromisso apenas com as coisas altruístas. No seu fazer pedagógico, nada tem com a perpetuação dos problemas do mundo.

Os colegas de trabalho, assim como os alunos, manifestaram-se incrédulos com a pesquisa e ficaram sem entender onde localiza o racismo na escola. Chegaram a dizer: “Aqui nesta escola não tem racismo não, os alunos negros são tratados como os brancos.” A culpa é sempre do professor, nós que somos racistas?”

Alguns professores ainda usam como pretexto a falta de formação, o não saber lidar com o assunto que tem uma abordagem difícil e alguns não percebem a escola como um espaço de poder micro que representa o poder macro, e nem tem consciência dos processos de naturalização das ideologias que ocorrem no interior das escolas ao longo da formação dos alunos e que sustentam nossa maneira de organização social.

O enfoque nas formações dos professores ainda tem de ser concentrado, pois muitos não acreditam “nesses meninos e dizem que eles não querem nada”, que é por isso que as notas são baixas, eles não estudam. A culpa é deles e pronto, em nenhum momento se implicam no processo educacional, como se a relação aprendizagem não fosse uma via de mão dupla.

Eles esperam que os alunos negros, pobres, fracos e os deficientes não se saíam bem na escola e falam: “Oh! Até fiquei surpreso com o desenvolvimento dele...” Outro que trabalha com a temática aborda um recorte em momentos de comemoração ou em momentos pontuais, “...foi numa pesquisa que eu dei para os alunos.” ou “numa excursão que fomos lá no museu...”, nunca um trabalho consciente e constante.

Analisando que o meu projeto de Intervenção também aponta para a continuidade ao longo do ano ou da vida escolar dos alunos, estar com eles apoiando-os diariamente na desconstrução de certezas e empoderamentos diante da realidade, para que eles nos ajudem, dando pistas de como construir uma escola diferente.

Suas sugestões foram de construção de uma rede de apoio aos alunos negros com grupo de estudos permanente sobre o tema, aulas de reforço escolar e acompanhamento pedagógico, apoio psicológico (onde possam falar de si) apoio às famílias, mais estudos na escola sobre racismo e preconceitos, conhecer a cultura negra e a sua história

O objetivo de provocar a escola foi atingido, pois suscitou discussão, movimentou pessoas, teve novos posicionamentos em relação ao tema, estimulou desejos de trabalhar com a temática e conseguiu novas parcerias para trabalhar com a temática com os alunos, além da atividade importante que é a conscientização dos alunos sobre a realidade real dos afrodescendentes no Brasil, através da reflexão e passível de uma mudança.

Percebo mais possibilidades para o estudo da temática étnico-racial junto aos alunos e também seus familiares, pesquisando a visão das relações raciais na escola, através dos olhos da subjetividade de outros sujeitos da comunidade escolar.

3.9 Avaliação

Avalio como positivo o Projeto de Intervenção, pois foi uma oportunidade de tentar superar do silêncio sobre o tema tratado na escola de forma ainda pouco satisfatória, pois não é um projeto de todos, porém de alguns professores mais comprometidos com a discussão. Qualquer oportunidade que temos de reflexão e estudo, nós devemos aproveitá-la para fortalecimento de novas posturas e atitudes construtivas em relação aos alunos negros nas escolas. O projeto foi bem recebido pelos colegas e alunos e demonstrou uma necessidade de mais ações, buscando uma mudança efetiva da realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações afirmativas para a educação são de fundamental importância na inclusão dos afrodescendentes na sociedade. Elas são apoio para ajudar a reparar a injustiça

histórica feita a um povo com o objetivo de acumular capital e sustentar o sistema capitalista com seus privilégios. O reconhecimento das ações afirmativas são resultados das lutas políticas, pois a democracia racial cumpre bem o seu papel deixando o racismo invisível aos olhos da sociedade e pesando as desigualdades para o âmbito individual.

Este curso, sobre “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE), foi uma ação afirmativa, pois falar das diversidades e oferecer oportunidade de formação para diversos professores, que levaram as reflexões para a sua prática e multiplicaram as ideias aprendidas para seus colegas, alunos e família, conseguindo novas parcerias de trabalho para dar visibilidade aos excluídos.

Como professora, não me sinto à vontade saber que, com mais de trinta anos no magistério, contribui com a naturalização de preconceitos, com as normas de gêneros, com a imobilidade social, que auxiliei a escola a cumprir seus objetivos de regularização social. E que alunos negros são massacrados nas salas de aula aos poucos a cada ano para atingir um resultado inferior aos alunos brancos, com as nossas metodologias, as avaliações, os livros didáticos, a nossa organização e até os nossos atos.

Os trabalhos acadêmicos contribuem para uma reflexão da escola de hoje, da necessidade de mudança para caminharmos rumo a um futuro de direitos e de justiça social, buscando um ideal democrático verdadeiro, fazendo das instituições sociais, locais igualitários para todos.

Uma nova educação é necessária, com mais verdade e coesão, firmada na reflexão dos problemas atuais: racismo, preconceitos, discriminação, violência física e psicológica, exclusão, relações de gêneros da nossa realidade para que mudanças sociais progressivas possam ocorrer sem retrocessos nas conquistas.

As problematizações das certezas, a metacognição junto com um novo olhar para a historiografia brasileira podem ser um caminho a percorrer na busca de novas realidades e posturas educacionais. .

A formação dos professores é fundamental, a sua atuação perpassa nas palavras, gestos, nas suas relações estabelecidas, na sua acolhida aos alunos, na seleção do currículo, na sua avaliação, estudar é parte do trabalho de um professor, pois, quando mais sábio for, mais seus alunos serão beneficiados, este enfoque deve vir deste os cursos de magistérios até os últimos anos do trabalho no magistério, pois como ensinar se não sabemos? E a realidade é muito complexa, para o professor que também é, em sua maioria negro, pobre, mulheres em sua maioria, imbuído de uma história pessoal cortada pelo racismo e discriminação muda.

A desconstrução e o empoderamento são para todos nós, por isso, estamos no

começo de uma intenção de mudança rumo à equidade.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, A.; FERREIRA, F.; FRANCO, C. *Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira. Pesquisa e planejamento econômico*, Brasília, v. 32, n. 3, 2002.

ALVES, F.; ORTIGÃO, I.; FRANCO, C. *Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n.130, jan./abr. 2007.

ARAÚJO, J; SCHWARTZMAN, S. *A escola vista por dentro*. Belo Horizonte: Alfa Educativa, 2002.

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. *A África está em nós: História e cultura afro-brasileira*. João Pessoa, PB: Editora Grafset, cap. 2-3, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado; Horizonte Ed. LTDA, 1998.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 13 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.

CARVALHO, José Jorge. *Revista do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF*, Brasília, a. 13, n. 9, nov. 2003.

CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Tradução Dinah Klevel. São Paulo: Summus, 598p. 2003.

CONJURAÇÃO Bahiana. Wikipédia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Conjura>>

[%C3%A7%C3%A3o_Baiana](#)>. Acesso em 12 jun. 2015.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Na cartografia do romance brasileiro*. In: DELGADO, Ignácio; ALBERGARIA, Enilce; MENEGAT, Elizete; ANDRADE, Danubia; LAHNI, Cláudia (Org.). *Culturas e Diásporas Africanas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

FERREIRA, Ricardo O. Frankli. *Afro-descendentes. Identidade em construção*. São Paulo: EDUC;Rio de Janeiro: Pallax, cap.1, 2006.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. (Org.) *Brasil afro-brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FRENTE Negra Brasileira. Wikipédia. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Negra_Brasileira>. Acesso em: 12 jun. 2015.

GOMES, NILMA LINO. *Currículo sem fronteiras e relações étnicos raciais, Educação e descolonização dos currículos*, Minas Gerais, p.98-109, 2012.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, jan/abr 2012. Disponível em:
<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

IPEA. *Brasil: o estado de uma nação*. Brasília: IPEA, 2005, p.85-111. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5502>. Acesso em: 08 set. 2014.

LOPES, Nei. *O racismo explicado aos meus filhos*. . São Paulo: Editora Malheiros,1995.

LOUZANO, Paula. *Fracasso escolar: Evolução das oportunidades educacionais e estudantes de diferentes grupos raciais*. Cadernos Pedagógicos, Prefeitura de Belo Horizonte, 2008.

MISKOLCI, Richard. *Marcas da diferença no ensino escolar*, 1.ed. São Paulo,EDUFSCAR, 2014

MOORE, CARLOS. *A África que incomoda: Sobre a Problematização do Legado Africano no Cotidiano Brasileiro*, 2. ed. Belo Horizonte, Nanmdyala, Coleção Repensando a África, v. 3, cap. 1, 2010.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

_____; GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje: História, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo, Editora Global, 2006.

NASCIMENTO, Milton. Morro velho. *Travessia*. 1967. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=aFyl1jPzv8g>>. acesso em: 12 jun. 2015.

OLIVEIRA, Iolanda. *Relações raciais e educação*, 1.ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

PAIXÃO, Marcelo. Relações Raciais, Desigualdade Social e Desenvolvimento Econômico no Brasil. In: DELGADO, Ignácio; ALBERGARIA, Enilce; MENEGAT, Elizete; ANDRADE, Danubia; LAHNI, Cláudia (Org.). *Culturas e Diásporas Africanas*. Juiz de Fora: Editora

UFJF, 2009.

REVOLTA dos Malês. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_dos_Mal%C3%AAs>. Acesso em: 12 jun. 2015.

SARAIVA, Robertson. *Raça e cor nos resultados do Avalia-BH: o desempenho dos estudantes e as políticas de equidade racial na rede municipal de educação*. Dissertação (Mestrado Profissional) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2014.

SÉRIE *Pensamento negro em educação*, v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, jun. de 1998. 2. ed., dez. de 2002. Florianópolis: Editora Atilénde (Núcleo de Estudos Negro).

SILVA, André Marcos de Paula e. *História e cultura afro-brasileira*. Curitiba: Expoente, 2008.

SILVA, Tomás Tadeu. A produção Social da Identidade e da Diferença. _____ (Org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TAVARES, Júlio Cesar de Souza. 2009. Diáspora africana: a experiência negra interculturalidade. *Cadernos PENESB: discussões sobre o negro na contemporaneidade e suas demandas*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, n. 10, p. 75-85, jan. 2008-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/PENESB%2010.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

VISTA minha pele. Direção: Joel Zito Araújo. Rio de Janeiro: CEERT, 2003, 24min, color., son. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LWBodKwuHCM>>. Acesso em: 20 set. 2015